

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 15.338.762/0001-99
Rua Profª Helena de Campos Teixeira, nº 393, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 043 3503-7601

📠 043 3503-7601

📧 araruna@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO ACERCA DO EDITAL DE

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 133/2025.

FORMULADA PELA PROPONENTE: MEDIFAR EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

IMPUGNADA: Prefeitura do Município de ARARUNA-PR.

OBJETO: Impugnação ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 046/2025– Prefeitura do Município de ARARUNA-PR, que tem por objeto aquisição de 01 (um) Foco cirúrgico de teto, 01 (um) Carru auxiliar consultado com suporte p/ monitor e tempo em aço inox, 01 (um) Mesa cirúrgica eletrônica de pequena mesa e grande complexidade 140L, 01 (um) Banco aquecido para Secretaria Municipal de Saúde deste município de Araruna – PR. De acordo com a Resolução SESA Nº 1699/2024.

DA IMPUGNAÇÃO

A licitante impugna o edital em epígrafe, argumentando, em apertada síntese que o edital se encontra restritivo em razão da restrição territorial.


2. DA Apreciação

Incidentalmente, cabe apreciar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal. Cabe destacar que a licitação ocorrerá dia 19/08/2025, a impugnante impetrou seu pedido em 14/08/2025. Edital foi suspenso para análise. Portanto a Prefeitura do Município de ARARUNA decide conhecer do pedido interposto pela empresa impugnante, para no mérito **negar-lhe provimento**, pelas razões que seguem:

3- DO MÉRITO

Principalmente salientamos que essa administração sempre primou por uma disputa justa entre os interessados, com a estrita observância aos princípios norteadores da administração pública, conforme prevê, o artigo 3º da Lei 14.133/2021.

Da análise do mérito reincidente, entendemos que o edital da licitação em questão não apresenta inconsistências que podem comprometer a competitividade e a igualdade entre os licitantes, pois está em conformidade com a legislação vigente municipal, inclusive esse assunto está pacificado no TCE-PR, pelo precatório 27, adjuvado do ACÓRDÃO Nº 2122/19-Pleno. Cabe esclarecer que o edital foi feito com fundamento na Lei Municipal nº 010/2015 e Decreto



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 15.338.762/0001-99
Rua Profª Helena de Campos Teixeira, nº 393, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 043 3503-7601

📠 043 3503-7601


📧 araruna@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

nº 1949/2021, é crucial destacar que essa legislação municipal, instituiu o programa de compras locais e regionais, que se trata de uma política pública de fomento ao desenvolvimento local e regional. Este programa tem como objetivo o artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas disposições específicas, incluindo o artigo 21 e seus parágrafos, que autorizam a realização de licitações destinadas exclusivamente a micro e pequenas empresas locais e regionais. A justificativa para tal direcionamento reside na necessidade de fomentar o comércio local, em busca do desenvolvimento das micro e pequenas empresas, valorizando o comércio da cidade, além de fomentar a economia local, pois as micro e pequenas empresas dependem das políticas públicas municipais para se manterem. Além disso foi definido a Região Estado do Paraná, tendo em vista que o Decreto Estadual nº 5833/2024 que institui o programa estadual de fomento ao desenvolvimento socioeconômico local e regional, denominado Compras Regionais Paraná, com o objetivo de garantir a promoção de acesso ao mercado de microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual–MEI. O artigo 5º do referido Decreto Estadual visa garantir o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiários do Decreto nas licitações, os órgãos ou as entidades contratantes deverão, eleger critérios de regionalização do certame, visando promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e, incentivar a inovação tecnológica, considerando as especificidades de cada objeto licitado e o respectivo mercado fornecedor. Neste caso, trata-se de um objeto em que no estado do Paraná verifica-se a existência de minerais essenciais que podem atender ao objeto e que limitar região local, eliminaria muitos potenciais licitantes, sendo assim, com amparo no Decreto Estadual a solução viável é que a região estabelecida seja o Estado, visto que atende ao estabelecido no Decreto Estadual e atende as necessidades administrativas, no sentido de permitir uma maior concorrência.

Nesse sentido, o Prejulgado nº 27 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) corrobora a possibilidade de se realizar licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte, desde que sejam em **determinada localidade ou região**, mediante previsão expressa **em lei local ou no próprio instrumento convocatório**. Essa possibilidade se fundamenta na necessidade de implementar os objetivos propostos no artigo 4º da Lei Complementar nº 123/2006, que neste caso se alinha na constatação de que fomento da região, fatores que foram ponderados na decisão de restringir a participação a empresas sediadas regionalmente.

Isso significa dizer que o edital se encontra restritivo, sim, mas as licitantes localizadas no próprio em região, fundamenta pelo Decreto Estadual já citado. A decisão de limitar a participação a empresas sediadas nessa região, enquadradas como microempresas ou empresa de pequeno porte, foi precedida de uma análise criteriosa que buscou assegurar a competitividade e a vantajosidade para a administração pública municipal, uma vez que o município possui número de fornecedores suficientes para atender aos requisitos legais de se fazer uma licitação local. Foi realizada uma pesquisa de mercado que identificou a existência de um universo de licitantes nessa região, sendo que a lei exige a comprovação de no mínimo, três fornecedores competitivos na região, que se enquadraram como micro e pequenas empresas, todos aptos a cumprir as exigências do edital. Ademais, a vantajosidade dessa abordagem foi objeto de estudo detalhado, com a apresentação de demonstrativos que incluem cotações com fornecedores locais, pesquisa de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 15.338.762/0001-99
Rua Profª Helena de Campos Teixeira, nº 393, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 043 3503-7601

📠 043 3503-7601

📧 araruna@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

preços registrados em outros órgãos públicos e consulta a bancos de preços eletrônicos. Esses estudos confirmam que os valores propostos no edital estão em consonância com os preços praticados na região, evidenciando que a limitação territorial não compromete a busca pela proposta mais vantajosa, mas sim a otimiza e fomenta a região, sendo essa a vontade da Lei Municipal nº 010/2015 que criou o programa de compras locais e regionais.


Cabe esclarecer que a Lei Municipal nº 010/2015, e Lei Complementar Federal nº 123/2006 e o Decreto Estadual nº 5833/2024 institui o programa estadual de fomento ao desenvolvimento socioeconômico local e regional, denominado Compras Regionais Paraná, buscam promover o desenvolvimento econômico e social **local e regional**, além de **otimizar** a eficiência das políticas públicas. A permissão para a realização de licitações exclusivas para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) sediadas em determinada localidade ou região encontra respaldo legal, desde que haja expressão prevista no instrumento convocatório e uma justificativa robusta que contemple a peculiaridade do objeto licitado ou a implementação de objetivos de desenvolvimento.

Neste sentido, o artigo 4º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, estabelece uma exceção à aplicação dos tratamentos diferenciados, quando não houver um mínimo de três fornecedores competitivos, enquadrados como ME ou EPP, sediados local ou regionalmente e capazes de atender às exigências do certame. A legislação municipal, estadual e federal, ao delimitar a participação a empresas locais, alinha-se a essa premissa, condicionada à rigorosa observância dos requisitos legais e à apresentação de justificativa idônea. A análise da vantajosidade para a Administração Pública, em detrimento de potenciais restrições à competitividade, deve ser sopesada à luz da eficiência e economicidade, princípios basilares da atuação administrativa, conforme preconizam o artigo 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, a exigência de participação exclusiva de ME/EPP em região determinada por Decreto, quando devidamente justificada pela peculiaridade do objeto e pela vantajosidade para a Administração, não configura violação aos princípios da isonomia ou do caráter competitivo da licitação, mas sim uma aplicação criteriosa das normas que visam o fomento do desenvolvimento local e regional.

Adentrando no mérito da questão, a vantajosidade da restrição territorial para a Administração Pública Municipal, no que tange à licitação em epígrafe, emerge da peculiaridade inerente ao objeto licitado.

A análise da vantajosidade, sob a ótica da economicidade e da eficiência, é um pilar fundamental na condução dos processos licitatórios, conforme estabelecido pelo artigo 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que visa assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública. O Prejulgado nº 27 do TCE-PR, ao permitir a restrição territorial mediante justificativa, corrobora a possibilidade de considerar tais fatores na ponderação da vantajosidade, especialmente quando alinhada aos objetivos do artigo 4º da Lei Complementar nº 123/2006, além disso, a pesquisa de mercado realizada para a habilitação do edital, que atesta a existência de mais de três fornecedores competitivos na região, e a análise de preços praticados na região e em outros órgãos, conforme documentação acostada,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 15.338.762/0001-99
Rua Profª Helena de Campos Teixeira, nº 393, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 043 3503-7601

📠 043 3503-7601

📧 araruna@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

demonstram a compatibilidade dos valores do edital com os praticados na região, comprovando a vantajosidade da medida para a Administração Pública Municipal.


A alegação de que a restrição territorial violaria os princípios da competitividade e da isonomia merece uma análise detida à luz do ordenamento jurídico e da jurisprudência administrativa. A Lei Complementar nº 123/2006, ao estabelecer tratamentos diferenciados para microempresas e empresas de pequeno porte, visa justamente promover a inclusão e o desenvolvimento dessas empresas, fomentando um ambiente de negócios mais equânime. Contudo, o próprio artigo 4º da referida norma estabelece exceções a esses tratamentos, não permitindo a restrição territorial quando não houver um número mínimo de fornecedores competitivos locais ou regionais, ou quando o tratamento diferenciado não for vantajoso para a Administração.

Neste contexto, a exigência de que a licitação seja destinada exclusivamente a micro e pequenas empresas na região estadual, como no caso em apreço, encontra respaldo legal e principiológico, pois resta comprovado que se deu pela peculiaridade do objeto e pela vantajosidade para a Administração e por atender a todos os requisitos exigidos pelo Art. 4º da LC123/2006. Tal medida, ao invés de obstar a concorrência, direciona-a para um nicho de mercado que, pelas características do objeto, apresenta maior potencial de eficiência e economicidade para o ente público.

A isonomia, por sua vez, não se traduz na obrigação de tratar todos os licitantes de forma idêntica em todas as situações, mas sim em garantir igualdade de condições a todos que se enquadram nos requisitos estabelecidos no edital. Ao restringir a participação a empresas localizadas no município de ARARUNA, com base em justificativas técnicas e econômicas concretas, a Administração Pública está criando um privilégio indevido, mas sim estabelecendo critérios que visam a maximizar o interesse público. A conformidade com os ditames da Lei Complementar nº 123/2006 e com os princípios da Lei nº 14.133/2021, como a legalidade, a eficiência e a economicidade, assegura que a restrição territorial, quando bem fundamentada, não configura uma afronta à isonomia, mas sim uma aplicação criteriosa da norma para alcançar os objetivos da política pública municipal.

A fundamentação da contratação encontra-se amparada no artigo 4º da Lei Complementar nº 123/2006, que incentiva o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, encontra eco nesta justificativa. Ao priorizar empresas regionais, a Administração Pública não apenas busca a eficiência e a economicidade na contratação, mas também contribui para o fortalecimento da economia da região. O Prejulgado nº 27 do TCE-PR, ao reconhecer a possibilidade de licitações exclusivas para ME/EPP sediadas em determinada região, mediante justificativa legal ou econômica, valida a abordagem adotada, especialmente quando os objetivos do artigo 4º da Lei Complementar nº 123/2006 são perseguidos.

Essa análise integrada de fatores logísticos, econômicos e de mercado, em conformidade com os ditames da Lei Complementar nº 123/2006 e os princípios da Lei nº 14.133/2021, como a competitividade e a economicidade, solidifica a legalidade e a pertinência da medida adotada no edital. A restrição territorial, neste contexto, configura-se como um



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 15.338.762/0001-99
Rua Profª Helena de Campos Teixeira, nº 393, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 043 3503-7601

📠 043 3503-7601

📧 araruna@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

instrumento legítimo para a consecução de uma contratação pública mais eficiente e vantajosa para o ente municipal.

Vale destacar que a Lei Complementar Federal 123/2006 abre a possibilidade do ente federado Estado, Distrito Federal ou Município elaborar Lei própria regulamentando mais beneficemente as MPFs, ou seja que esse município, juntamente com o Estado do Paraná fazem.

Para melhor compreensão, se faz necessário o entendimento do tratamento diferenciado e simplificado a ser aplicado as MPFs que determino o Artigo 4º e 48 da Lei Complementar Federal 123/2006, mais precisamente no artigo 4º e 48 :

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

(-)

No Art. 49 da Lei Complementar Federal 123/2006 encontramos algumas regras de quando não se pode aplicar tais benefícios, vejamos:


Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - (Revogado): (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Produção de efeitos)

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexistir, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as disposições tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 15.338.762/0001-99
Rua Profª Helena de Campos Teixeira, nº 393, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 043 3503-7601

📠 043 3503-7601

📧 araruna@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

A propósito, como bem salienta a unidade técnica, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no Acórdão 2122/2019, alinhado a esse conceito, nos moldes defendidos por esse TCE-PR, destacou que a limitação territorial pode ocorrer em duas situações:

1) Diante da **peculiaridade do objeto a ser licitado;**

2) Para **implementação dos objetivos principiológicos definidos pelo artigo 47, do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**, quais sejam:

2.1) **Promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;**

2.2) **Ampliação da eficiência das políticas públicas e,**

2.3) **Incentivo a inovação tecnológica.**

Considerando o Acórdão 2122/2019 fica evidente que ao interpretar a Lei o Órgão Fiscalizador Externo entendeu que pode sim aplicar a Limitação, ou seja, a restrição territorial nas duas situações acima apresentadas.

Diante do exposto, analisando a Legislação vigente no Município e LC 123/2006 e o contido no Acórdão 2122/2019, observamos que o objeto licitado se enquadrou além da justificativa de **Promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito regional**, se enquadrando plenamente nos outros 02 (dois) dos requisitos do Art. 47 da Lei Complementar 123.


No que tange ao requisito de Políticas Públicas, o Município possui Planejamento Estratégico com a finalidade de atender as orientações e a legislação vigente de forma tal que as contratações venham a atender com qualidade e eficiência a administração.

A aquisição de produtos ou serviços pelo município ou região, de microempresas e empresas de pequeno porte local e regional, tem objetivo de amparar a aplicação do tratamento diferenciado e simplificado e com isso ampliar a eficiência de políticas públicas, pois o poder de compra do município representa um importante valor e quando parte dele circula dentro da cidade de certa forma se transforma em investimentos que fomentam a região.

Diante do acima exposto com fundamento na Lei Municipal nº 10/2015, Decreto Estadual nº 5833/2024, podemos afirmar que está sendo estabelecida uma consolidação de políticas públicas voltadas à eficiência na gestão de recursos do município, fato que nos possibilita a aplicar o tratamento diferenciado e simplificado as MPFs regionais que abrangem, não somente as empresas do município, mas também de toda região.

Diante do que foi exposto acima, conclui-se que os apontamentos levantados pela impugnante, não prosperam, tanto por seus argumentos, quanto pelo julgado apresentado do TCE-PR, conforme comprovado no tocante a Lei Complementar 123/2006 de forma que o edital encontra-se amparado ao que foi acordado pelo TCE no ACÓRDÃO nº 2122/2019 do Tribunal Pleno TCE-PR e pelo Prejulgado 27, Decreto Estadual nº 5833/2024 e Lei Municipal 10/2015. Assim, **não encontramos razão para modificar o edital**, de modo que o processo deva ter prosseguimento no trâmite normal.

5- CONCLUSÃO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 15.338.762/0001-99
Rua Profª Helena de Campos Teixeira, nº 393, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 043 3503-7601

📠 043 3503-7601

📧 araruna@araruna.pr.gov.br


🌐 www.araruna.pr.gov.br

Destarte, diante do que foi exposto acima, a licitação deverá prosseguir com abertura na data, horário e local definidos preliminarmente no edital.

NOTIFIQUE-SE a impugnante da presente decisão. DIVULGUE-SE na internet, para dar maior conhecimento e propiciar ampla publicidade deste julgamento. Ficam mantidas as condições iniciais do edital.

ARARUNA-PR, 04 de Setembro de 2025.

ROMILDA APARECIDA COLLI DOS SANTOS
Pregoeira



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 15.338.762/0001-99
Rua Profª Helena de Campos Teixeira, nº 393, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 043 3503-7601

📠 043 3503-7601

📧 araruna@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 046/2025


RATIFICO nos termos do artigo 24, § 1º, do decreto 10.024/2019, a decisão a mim submetida, mantendo o edital nos moldes inicialmente previstos, pelos próprios fundamentos.

Por fim, para ciência da empresa impugnante.

Publique-se.

Araruna, 04 de Setembro de 2025.

Gustavo França dos Santos
Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 15.338.762/0001-99
Rua Profª Helena de Campos Teixeira, nº 393, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 043 3503-7601

📠 043 3503-7601

📧 araruna@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO ACERCA DO EDITAL DE

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 133/2025.

FORMULADA PELA PROPONENTE: KSS COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA.

IMPUGNADA: Prefeitura do Município de ARARUNA-PR.

OBJETO: Impugnação ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 046/2025– Prefeitura do Município de ARARUNA-PR, que tem por objeto aquisição de 01 (um) Foco cirúrgico de teto, 01 (um) Carru auxiliar consultado com suporte p/ monitor e tempo em aço inox, 01 (um) Mesa cirúrgica eletrônica de pequena mesa e grande complexidade 140L, 01 (um) Banco aquecido para Secretaria Municipal de Saúde deste município de Araruna – PR. De acordo com a Resolução SESA Nº 1699/2024.

DA IMPUGNAÇÃO

A licitante impugna o edital em epígrafe, argumentando, em apertada síntese que o edital se encontra restritivo em razão da restrição nas especificações técnicas dos equipamentos.


2. DA Apreciação

Incidentalmente, cabe apreciar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal. Cabe destacar que a licitação ocorrerá dia 19/08/2025, a impugnante impetrou seu pedido em 14/08/2025. Edital foi suspenso para análise. Portanto a Prefeitura do Município de ARARUNA decide conhecer do pedido interposto pela empresa impugnante, para no mérito **negar-lhe provimento**, pelas razões que seguem:

3- DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Principalmente salientamos que essa administração sempre primou por uma disputa justa entre os interessados, com a estrita observância aos princípios norteadores da administração pública, conforme prevê, o artigo 3º da Lei 14.133/2021.

Da análise das alegações da licitante revela um conflito direto com as intenções declaradas pelo órgão licitante em relação a alguns pontos cruciais. Quanto ao número de LEDs, a justificativa da Secretaria de Saúde é que tal detalhamento é intrínseco à capacidade e eficiência do equipamento, não podendo ser alterado arbitrariamente. Em relação ao display monocromático com touch screen, a intenção da Secretaria de Saúde é justamente adquirir equipamentos com tecnologias mais modernas, onde cada célula possui um painel de controle com tecnologia touch screen, excluindo um display de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 15.338.762/0001-99
Rua Profª Helena de Campos Teixeira, nº 393, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 043 3503-7601

📠 043 3503-7601

📧 araruna@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

Em virtude de impugnação apresentada por uma licitante ao Edital de Pregão Eletrônico promovido pelo Município de Araruna, referente à aquisição de foco cirúrgico de teto e mesa cirúrgica. A licitante, em sua peça impugnatória, levanta diversas objeções quanto aos detalhes técnicos especificados no edital, buscando a flexibilização de alguns requisitos que, em sua entender, restringem indevidamente a competitividade do certame e impedem a participação de tecnologias mais modernas e eficientes. A essência das alegações reside na percepção de que certas exigências são excessivas e cumulativas, com potencial para excluir fornecedores que poderiam oferecer soluções técnicas igualmente ou mais adequadas às necessidades do Município, mas que não se enquadraram rigidamente nos parâmetros estabelecidos.


Especificamente no que tange ao foco cirúrgico de teto, a impugnação aponta para a excessiva detalhamento técnico, citando como exemplos o número exato de bulbos e LEDs por célula, a exigência de um display monocromático com touch screen, a especificação do Sistema Endo-LED (bolsa brancas e amarelas), a obrigatoriedade de estrutura exclusivamente em aço SAE 1020 e a exigência de foco independente por célula com corrente chuveirada. Tais especificações, na visão da licitante, poderiam ser revistas para permitir a participação de equipamentos com tecnologias mais avançadas, sem comprometer a qualidade e a funcionalidade esperada para o ambiente cirúrgico. A licitante argumenta que a inovação tecnológica deve ser incentivada, permitindo a aquisição de equipamentos que, embora possam apresentar variações nos detalhes técnicos pontuais, atendam ou superem os requisitos de desempenho e eficiência.

No que diz respeito à mesa cirúrgica, a licitante propõe alterações significativas. Uma das principais reivindicações é a substituição da exigência de um "curso longitudinal de 300 mm" para a especificação de "capacidade mínima de 250 kg", argumentando que esta última permitiria a participação de modelos mais robustos e versáteis, sem prejuízo à exigência de suporte de carga adequada para os procedimentos médicos. Adicionalmente, a licitante sugere a inclusão de uma exigência de grau de proteção IP44 ou superior para todos os componentes dos dois equipamentos (foco cirúrgico e mesa cirúrgica), fundamentando tal pedido na aceitação internacional deste grau de proteção para equipamentos clínicos e cirúrgicos, o que garantiria proteção contra poeira e respingos de líquidos, elementos cruciais em ambientes hospitalares.

4- DO MÉRITO

Principalmente salientamos que essa administração sempre primou por uma disputa justa entre os interessados, com a estrita observância aos princípios norteadores da administração pública, conforme prevê, o artigo 3º da Lei 14.133/2021.

Da análise das alegações da licitante revela um conflito direto com as intenções declaradas pelo órgão licitante em relação a alguns pontos cruciais. Quanto ao número de LEDs, a justificativa da Secretaria de Saúde é que tal detalhamento é intrínseco à capacidade e eficiência do equipamento, não podendo ser alterado arbitrariamente. Em relação ao display monocromático com touch screen, a intenção da Secretaria de Saúde é justamente adquirir equipamentos com tecnologias mais modernas, onde cada célula possui um painel de controle com tecnologia touch screen, excluindo um display de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 15.338.762/0001-99
Rua Profª Helena de Campos Teixeira, nº 393, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 043 3503-7601

📠 043 3503-7601

📧 araruna@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

cestral líquido monocromático, permitindo o controle de luz (desliza, ajuste de iluminação e temperatura de cor.

A estrutura em aço SAE 1020, por sua vez, é defendida como um material de qualidade, a estrutura exclusivamente em aço SAE 1020 é um ponto que a Secretaria de Saúde busca flexibilizar, propondo a inclusão do aço inoxidável como alternativa.


O Sistema Endo-LED, com bols brancos e amarelos, é considerado pela Secretaria de Saúde como uma tecnologia essencial para a geração de luz, mantendo a restrição originalmente prevista e oferecendo luz fixa, circular e homogênea, ideal para diversos procedimentos, inclusive cirurgias de vídeo laparoscopia, sem produzir infravermelhos e minimizando sombras.

Quanto à fonte independente por célula com corrente chuveirada, a Secretaria de Saúde defende que se trata de como um componente essencial para a segurança e eficiência, garantindo energia estável e controlada, o que é vital em ambientes hospitalares.

Por fim, a questão do conjunto de peneira foi esclarecido pela Secretaria de Saúde: que se trata de uma restrição que já consta na composição da mesa cirúrgica.

A impugnante sugere que seja exigido grau de proteção IP44, sob alegação de que pode aprimorar o equipamento. A inclusão de um grau de proteção específico, como o IP44 ou superior, para componentes de equipamentos cirúrgicos, conforme sugerido pela impugnante, demanda uma análise criteriosa à luz de sua justificativa técnica e da conformidade com as normas técnicas aplicáveis. O grau de proteção IP44, reconhecido internacionalmente, confere proteção contra corpos sólidos de diâmetro igual ou superior a 1 mm e contra respingos de líquidos provenientes de qualquer direção, atributos de fundamental importância para a salvaguarda da integridade e do desempenho de equipamentos em ambientes clínicos e cirúrgicos. A incorporação de tal especificação, pode incentivar a adoção de tecnologias e processos integrados, alinhando-se aos princípios da eficiência e da economicidade, ao assegurar a qualidade e a durabilidade dos bens adquiridos, mitigando custos futuros com manutenções corretivas ou substituições prematuras.

Portanto, a exigência de um grau de proteção IP44 ou superior para os componentes dos equipamentos cirúrgicos, quando devidamente justificada pela imprescindibilidade de garantir a segurança, a higiene e o correto funcionamento em ambiente hospitalar, em estrita conformidade com as normas técnicas pertinentes e com os objetivos precípuos da contratação, não configura, em si, um direcionamento indevido, mas sim uma medida de prudência administrativa e técnica, podendo ser acatado a sugestão no edital. A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 25, estabelece que o edital deve conter o objeto da licitação e as regras relativas ao julgamento, o que abrange, integralmente, a especificação de requisitos técnicos que assegurem a qualidade e a conformidade dos bens. A análise da razoabilidade e da necessidade de tal especificação deve ser pautada na demonstração inequívoca de que ela é indispensável para o atingimento dos fins pretendidos pela Administração, sem, contudo, restringir desnecessariamente a competitividade do certame, em estrita observância aos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 15.338.762/0001-99
Rua Profª Helena de Campos Teixeira, nº 393, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 043 3503-7601

📠 043 3503-7601

📧 araruna@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

No que tange à alteração de uma exigência que especifica "pacientes até 250 kg" para "capacidade mínima de 250 kg" em equipamentos médicos representa uma medida que visa a ampliar a participação de licitantes, ao permitir a inclusão de modelos mais robustos que atendam, no mínimo, à capacidade estabelecida. Tal modificação não compromete a exigência essencial de suporte de peso, mas flexibiliza a especificação técnica, promovendo um ambiente mais competitivo e potencialmente mais vantajoso para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade e da busca pela proposta mais vantajosa, conforme preconiza o artigo 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, nesse sentido, aceita-se a sugestão de alteração no edital.

A análise conjunta dos pontos acima delineados evidencia a necessidade de um exame criterioso das especificações técnicas constantes do edital, a fim de se assegurar que estas sejam objetivas, razoáveis e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, sem, contudo, cercar a competitividade do certame e a garantia de equipamentos de qualidade. A adequação de algumas sugestões apontadas pela impugnante serão acatadas, para promoção de um ambiente competitivo, sem comprometer a qualidade dos equipamentos.

Diante do que foi exposto acima, conclui-se que os apontamentos levantados pela impugnante, prosperam em parte, devendo portanto ser alterado o edital conforme segue:

- Suporte de teto e braços confeccionados em aço carbono AÇO SAE 1020 com tratamento anti ferrugem e pintura eletrolítica **ou aço inoxidável**
- Cama: Para pacientes até 250kg - alterar para: **Com capacidade mínima de 250 kg**


5- CONCLUSÃO

Destarte, diante do que foi exposto acima, o edital encontra-se suspenso, sendo reeditado com nova data de abertura.

NOTIFIQUE-SE a impugnante da presente decisão. DIVULGUE-SE na internet, para dar maior conhecimento e propiciar ampla publicidade deste julgamento. Ficam mantidas as condições iniciais do edital.

ARARUNA-PR, 04 de Setembro de 2025.

ROMILDA APARECIDA COLLI DOS SANTOS
Pregoeira



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 042.350.1601

📧 prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 046/2025


RATIFICO nos termos do artigo 24, § 1º, do decreto 10.024/2019, a decisão a mim submetida, mantendo o edital nos moldes inicialmente previsto, pelos próprios fundamentos.

Por fim, para ciência da empresa impugnante.

Publique-se.

Araruna, 04 de Setembro de 2025.

Gustavo França dos Santos
Prefeito



MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

AVISO DE RETIFICAÇÃO COM NOVA DATA PARA ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº046/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 133/2025

A Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA, no exercício das atribuições que lhe confere a portaria **062-2025**, torna público para quem possa interessar, que fará realizar Reunião para recebimento de propostas de preço e documentação de habilitação, conforme especificado no Edital Modalidade Pregão Eletrônico:

OBJETO: Aquisição de 01 (um) Foco cirúrgico de teto, 01 (um) Carro auxiliar esmaltado com suporte p/ monitor e tampo em aço inox, 01 (um) Mesa cirúrgica eletrônica de pequena media e grande complexidade 140L, 01 (um) Berço aquecido para Secretaria Municipal de Saude deste município de Araruna – PR. De acordo com a Resolução SESA Nº 1106/2023.,

TIPO: Menor Por Item

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 13:00 Do dia 18 de Setembro de 2025.


ABERTURA: às 13:30. do dia 18 de Setembro de 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

- A íntegra do edital, bem como anexos e proposta eletrônica, encontram-se disponíveis para download no site: www.araruna.pr.gov.br, **BNC** e **PNCP**.

Araruna, 04 de Setembro de 2025.

Romilda Aparecida Colli dos Santos.
Pregoeira



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 042.350.1601

📧 prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 206/2025

CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
CNPJ : 75.359.760/0001-99

CONTRATADO : FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
CNPJ : 77.396.810/0006-48

OBJETO: Aquisição de veículos automotor novo (0km), destinado para Secretaria Municipal de Saúde deste município de Araruna – PR, de acordo com a Resolução SESA nº 516/2024 e 1699/2024.

Pregão: 40/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 123/2025

VALOR TOTAL: 214.700,00 (duzentos e quatorze mil e setecentos reais)


DATA DE ASSINATURA DO CONTATO: 04 de setembro de 2025.

VIGENCIA DO CONTRATO: 04 de setembro de 2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/2021.

ARARUNA, 04 de setembro de 2025

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 042.350.1601

📧 prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 207/2025

CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
CNPJ : 75.359.760/0001-99

CONTRATADO : RODO SERVICE LTDA
CNPJ : 00.688.075/0004-50

OBJETO: Aquisição de veículos automotor novo (0km), destinado para Secretaria Municipal de Saúde deste município de Araruna – PR, de acordo com a Resolução SESA nº 516/2024 e 1699/2024.

Pregão: 40/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 123/2025

VALOR TOTAL: 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)


DATA DE ASSINATURA DO CONTATO: 04 de setembro de 2025.

VIGENCIA DO CONTRATO: 04 de setembro de 2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/2021.

ARARUNA, 04 de setembro de 2025

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 042.350.1601

📧 prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 208/2025

CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
CNPJ : 75.359.760/0001-99

CONTRATADO : SANTA CATARIA UTILITÁRIOS LTDA
CNPJ : 44.329.924/0001-01

OBJETO: Aquisição de veículos automotor novo (0km), destinado para Secretaria Municipal de Saúde deste município de Araruna – PR, de acordo com a Resolução SESA nº 516/2024 e 1699/2024.

Pregão: 40/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 123/2025

VALOR TOTAL: 635.800,00 (seiscentos e trinta e cinco mil e oitocentos reais)


DATA DE ASSINATURA DO CONTATO: 04 de setembro de 2025.

VIGENCIA DO CONTRATO: 04 de setembro de 2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/2021.

ARARUNA, 04 de setembro de 2025

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 042.350.1601

📧 prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 209/2025

CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
CNPJ : 75.359.760/0001-99

CONTRATADO : SSBARCAR VEÍCULOS LTDA
CNPJ : 35.445.821/0001-16

OBJETO: Aquisição de veículos automotor novo (0km), destinado para Secretaria Municipal de Saúde deste município de Araruna – PR, de acordo com a Resolução SESA nº 516/2024 e 1699/2024.

Pregão: 40/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 123/2025

VALOR TOTAL: 120.200,00 (cento e vinte mil e duzentos reais)


DATA DE ASSINATURA DO CONTATO: 04 de setembro de 2025.

VIGENCIA DO CONTRATO: 04 de setembro de 2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/2021.

ARARUNA, 04 de setembro de 2025

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 042.350.1601

📧 prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇO Nº. 99/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
CNPJ: 75.359.760/0001-99

CONTRATADO: PEDREIRA ITAIPU INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS E ASFALTO LTDA
CNPJ: 00.159.291/0001-65

Pregão 49/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 140/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para a aquisição, recorte, limpeza, pintura e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) faixa D, com aplicação destinada a manutenção e recuperação de vias públicas, visando atender as necessidades da divisão de obras e serviços do município de Araruna/PR.

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Espec.
1	14971	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CBUQ FAIXA "D"	TON	900	R\$ 660.0000	R\$ 594.000.0000	Serviço
		TOTAL:			R\$ 594.000.0000		

VALOR TOTAL: 594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil reais)


DATA DE ASSINATURA DA ATA DE RP: 04 de setembro de 2025.

VIGENCIA DA ATA DE RP: 04 de setembro de 2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/2021.

ARARUNA, 04 de setembro de 2025

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 042.350.1601

📧 prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

LICITAÇÃO MODALIDADE: Pregão: 49/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 140/2025

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Face ao constante destes autos de procedimento licitatório acima citado do tipo menor preço Unitário, e expirado o prazo recursal, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no inc. VII do art. 17 da lei 14.133/2021.


Assim, adjudico o objeto do Pregão conforme segue:

FORNECEDOR: PEDREIRA ITAIPU INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS E ASFALTO LTDA
CNPJ: 00.159.291/0001-65
Valor Total do Fornecedor: 594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil reais).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para a aquisição, recorte, limpeza, pintura e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) faixa D, com aplicação destinada a manutenção e recuperação de vias públicas, visando atender as necessidades da divisão de obras e serviços do município de Araruna/PR.

Araruna,03 de setembro de 2025.

Gustavo França dos Santos
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ 042.350.1601

📧 prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 210/2025

CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
CNPJ : 75.359.760/0001-99

CONTRATADO : SEGUROS SURA S. A.
CNPJ : 33.065.699/0001-27

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de veículo pertencente a Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Araruna, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dispensa: 51/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 148/2025

VALOR TOTAL: 1.676,56 (um mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)


DATA DE ASSINATURA DO CONTATO: 04 de setembro de 2025.

VIGENCIA DO CONTRATO: 04 de setembro de 2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/2021.

ARARUNA, 04 de setembro de 2025

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
PREFEITO



MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações e Contratos

AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
COM BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Município de Guarapuava, através do Departamento de Licitações e Contratos, devidamente autorizado, torna público que fará realizar a Licitação abaixo:

PROCESSO Nº 120/2025.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na locação de equipamentos do tipo tablet e carrinho de recarga, incluindo serviços de suporte técnico, de gerenciamento, manutenção preventiva e corretiva para atender as necessidades da rede municipal de ensino.

VALOR MÁXIMO: R\$ 7.404.820,32 (sete milhões, quatrocentos e quatro mil, oitocentos e vinte reais e trinta e dois centavos).

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço – Por Lote.

SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 2021, Decretos Municipais nºs: 6.320/2017, 7545/2019, 9.463/2022, 9.781/2022, 10.140/2023, 10.475/2023.

SISTEMA EMPREGADO: BLL (Bolsa de Licitações e Leilões) <<https://blcompras.com/>>.

CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Ocorrerá até às 09h00min do dia 22/09/2025 (horário de Brasília (DF)).

ABERTURA DE PROPOSTAS E DISPUTA POR LANCES: A sessão pública terá início a partir do encerramento do prazo estabelecido para credenciamento e cadastramento de propostas.

PREGOEIRA: Karini Eloisa Dutra.


EQUIPE DE APOIO: Jobo Antônio de Barba e Nilséia de Lara Fiker.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos, bem como a íntegra do processo poderão ser obtidos: Pelo Portal da Transparência: <<https://guarapuava.atende.net/?pg=transparencia#/grupo/1/item/1/tipo/1>>; ou No Departamento de Licitações e Contratos, sito à Rua Brigadeiro Rocha, 2.777 – 1º andar – CEP: 85.010-990. Telefones (42) 3142-1047 – 3142-1048, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00 e (42) 3142-1051 (WhatsApp).

PUBLIQUE-SE.

Guarapuava, 04 de setembro de 2025.

ADLIMARA REGINA RUIZ
Diretora de Licitações e Contratos



MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações e Contratos

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos, bem como a íntegra do processo poderão ser obtidos: Pelo Portal da Transparência: <<https://guarapuava.atende.net/?pg=transparencia#/grupo/1/item/1/tipo/1>>; ou No Departamento de Licitações e Contratos, sito à Rua Brigadeiro Rocha, 2.777 – 1º andar – CEP: 85.010-990. Telefones (42) 3142-1047 – 3142-1048, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00 e (42) 3142-1051 (WhatsApp).

PUBLIQUE-SE.

Guarapuava, 04 de setembro de 2025.

ADLIMARA REGINA RUIZ
Diretora de Licitações e Contratos

AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025 - FIA
COM BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Município de Guarapuava, através do Departamento de Licitações e Contratos, devidamente autorizado, torna público que fará realizar a Licitação abaixo:

PROCESSO Nº 03/2025.

OBJETO: Aquisição de mobiliário, eletrônicos e equipamentos de processamento de dados conforme Deliberação nº 04/2023 – FIA/CEADCAV-SE.

VALOR MÁXIMO: R\$ 50.532,54 (cinquenta mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço – Por Item.

SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 2021, Decretos Municipais nºs: 6.320/2017, 7545/2019, 9.463/2022, 9.781/2022, 10.140/2023, 10.475/2023.

SISTEMA EMPREGADO: BLL (Bolsa de Licitações e Leilões) <<https://blcompras.com/>>.

CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Ocorrerá até às 09h00min do dia 22/09/2025 (horário de Brasília (DF)).

ABERTURA DE PROPOSTAS E DISPUTA POR LANCES: A sessão pública terá início a partir do encerramento do prazo estabelecido para credenciamento e cadastramento de propostas.

PREGOEIRO(A): Valéria Sierdovski Gavanski Silva.

EQUIPE DE APOIO: Elaine Cristina França Oliveira e Mariana Hartmann Coniesmi.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos, bem como a íntegra do processo poderão ser obtidos: Pelo Portal da Transparência: <<https://guarapuava.atende.net/?pg=transparencia#/grupo/1/item/1/tipo/1>>; ou No Departamento de Licitações e Contratos, sito à Rua Brigadeiro Rocha, 2.777 – 1º andar – CEP: 85.010-990. Telefones (42) 3142-1047 – 3142-1048, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00 e (42) 3142-1051 (WhatsApp).

PUBLIQUE-SE.

Guarapuava, 04 de setembro de 2025.

ADLIMARA REGINA RUIZ
Diretora de Licitações e Contratos